



MUNICÍPIO DE
VISEU

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

N.º CMV-076/2023

Os níveis de inatividade física da população, associados ao aumento dos comportamentos sedentários, são apresentados pela Organização Mundial de Saúde como o quarto fator de risco de mortalidade a nível mundial e representam, apenas nos 27 países da União Europeia, um custo superior a 80 biliões de euros por ano quando associados aos custos relacionados com as doenças não transmissíveis, mais associadas aos estilos de vida modernos. Em Portugal, estima-se que a “fatura” da inatividade física para o Serviço Nacional de Saúde se aproxime dos 900 milhões de euros por ano.

Alguns alertam para o risco das novas gerações poderem, pela primeira vez na história da Humanidade, viver menos tempo que as gerações atuais.

O Município de Viseu, devidamente articulado com as instituições locais, na área da Saúde, Desporto, Juventude, Educação e Juntas de Freguesia, tem estado atento a esta nova realidade e tem procurado estar alinhado com os planos internacionais e nacionais de estratégias de promoção para a Atividade Física, entendida num conceito mais lato e multissetorial, que integra toda a prática desportiva, institucionalizada ou não institucionalizada e todas as formas de diminuição dos comportamentos sedentários da população nas 24 horas do dia.

Esta alteração de paradigma de intervenção municipal envolve a oferta à comunidade de programas, projetos e ações mais direcionados para as necessidades dos munícipes, mais orientados para espaços desportivos de proximidade e promotores da Atividade Física, que aumentem a literacia da população nesta área, capacitando os cidadãos para a tomada diária de decisões mais informada e consciente, e através da organização e apoio a eventos que promovam mais o participante e menos o espetador, ou seja, que promovam uma cultura de cidade ativa nas suas várias dimensões (Mobilidade, Espaço Urbano, Equipamentos, Programas, Atividades, Eventos, Responsabilidade Social).

Valorizamos e potenciamos o trabalho em rede realizado com as instituições locais. É nesta estratégia de abordagem intersectorial e multifatorial que procuramos encontrar as ações e medidas ajustadas para atingirmos os objetivos que, todos enquanto comunidade, nos propomos: aumentar os níveis de atividade física da população e redução dos comportamentos sedentários nas rotinas diárias, procurando respeitar e seguir as recomendações mais recentes da Organização Mundial de Saúde.

O Município de Viseu, através do seu Eixo de Apoio ao Desporto e Atividade Física (EADAF) reconhece, valoriza e apoia o trabalho desenvolvido pelas centenas de agentes desportivos



que, muitas vezes, de forma voluntária e apaixonada, se envolvem na vida dos Clubes e Associações locais.

Considerando que:

- 1) Nos termos do disposto nas alíneas f), g) e m) do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais, o Município tem atribuições nos domínios dos tempos livres e do Desporto, da Saúde e da promoção do desenvolvimento;
- 2) Compete à Câmara Municipal de Viseu, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 3) Nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do citado diploma legal, compete, de igual modo, apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra;
- 4) O Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, condiciona a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos por parte das autarquias locais, à celebração de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, bem como o disposto no n.º 2 do artigo 5.º, nos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto.

Entre,

O **MUNICÍPIO DE VISEU**, pessoa coletiva de direito público, com sede na Praça da República, 3514-501 Viseu, NIPC 506 697 320, aqui representado por Fernando de Carvalho Ruas, na qualidade de Presidente, adiante designado por MV ou Primeiro Outorgante;

e

O **FUTEBOL CLUBE DE RANHADOS** pessoa coletiva de direito privado, com sede em Rua da Sede, n.º. 1 - Ranhados, NIPC 501 172 483, aqui representado por Amândio Gomes Ramos, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado por Entidade ou Segundo Outorgante;

É celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, enquadrado, que se rege pelas considerações acima referidas e cláusulas seguintes:



Cláusula 1.ª

Objeto

1 - Através do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, adiante designado por Contrato ou CPPD, o Município de Viseu concede ao **FUTEBOL CLUBE DE RANHADOS** uma comparticipação financeira para a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante de Anexo a este Contrato, do mesmo fazendo parte integrante.

2 – A formalização deste apoio mediante a celebração do presente Contrato-Programa tem em vista, nomeadamente:

- a) Fazer acompanhar a concessão do apoio por uma avaliação completa dos custos do Programa, bem como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- b) Reforçar o sentido de responsabilidade dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas;
- c) Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios são concedidos.

Cláusula 2.ª

Obrigações da Entidade Beneficiária do Apoio

Pelo presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o **FUTEBOL CLUBE DE RANHADOS**, enquanto entidade beneficiária do apoio ora concedido, assume, em cumprimento do Programa de Desenvolvimento Desportivo, as seguintes obrigações:

1. Contratar os seguros de acidentes pessoais e de responsabilidade civil necessários;
2. Cumprir e salvaguardar os princípios da ética desportiva, igualdade de género e combate à xenofobia e violência no Desporto;
3. Assegurar que os Treinadores e/ou Técnicos do Clube são portadores das habilitações exigidas pelos DL n.º 39/2012 (Técnico de Exercício Físico) ou DL n.º 40/2012 (Treinador de Desporto);
4. Cumprir a Lei n.º 113/2009, de 17 de setembro, designadamente no que respeita à obrigatoriedade de validação do certificado de registo criminal a todos os Agentes Desportivos que desempenhem funções que envolvam contacto regular com menores;
5. Integrar nas atividades propostas no Programa de Desenvolvimento Desportivo, de forma gratuita, jovens atletas em situação de comprovada insuficiência económica, mediante proposta a apresentar pelo Município;
6. Criar um centro de resultados próprio e exclusivo para a execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo, objeto do presente contrato, não podendo nele imputar outros custos e proveitos que não sejam os da execução do mesmo, de modo a permitir o acompanhamento da aplicação das verbas confiadas exclusivamente para este fim;
7. Manter um registo detalhado e atualizado dos proveitos relativos aos apoios concedidos e aos respetivos custos associados, com a menção expressa da sua proveniência e da

- absoluta insusceptibilidade de penhora, apreensão judicial ou oneração, conforme modelo a aprovar pela Câmara Municipal de Viseu;
8. Aplicar os apoios financeiros atribuídos apenas e só às despesas financiadas;
 9. Proceder ao pagamento das despesas objeto de financiamento realizadas;
 10. Não aplicar as verbas concedidas a outros fins;
 11. Devolver todos os valores atribuídos que não correspondam a despesas realizadas;
 12. Cumprir as suas obrigações fiscais e para com a Segurança Social, e prestar consentimento expresse para a consulta da respetiva situação tributária e contributiva pelos serviços do Município;
 13. Certificar a suas contas por Revisor Oficial de Contas, ou Sociedade Revisora de Contas, se os apoios concedidos pelo Município de Viseu, no ano económico de 2023, forem de valor superior a 50.000,00€ (cinquenta mil euros);
 14. Prestar todas as informações e apresentar todos os documentos solicitados pelo Município, como entidade competente pelo acompanhamento e controlo da execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo;
 15. Publicitar, em todos os meios de promoção e divulgação do Programa de Desenvolvimento Desportivo, o apoio do Município de Viseu com a designação de “Apoio Institucional” e inclusão do respetivo logótipo em todos os suportes gráficos ou outros de divulgação das atividades previstas no Programa apresentado;
 16. Publicitar o presente Contrato, até 5 dias da sua data de assinatura, na página institucional e/ou redes sociais do Clube;
 17. Participar, de forma organizada, em atividades e eventos desportivos promovidos pelo Município durante o ano de 2023;
 18. Colocar à disposição do Município, de forma gratuita, as suas instalações desportivas para a realização de atividades e eventos de interesse municipal;
 19. Enviar ao Município, logo que se encontre concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo e impreterivelmente até ao dia **31 de janeiro de 2024, um Relatório Final** sobre a execução do mesmo, em modelo próprio a definir pelo Município de Viseu, acompanhado dos documentos comprovativos de realização das despesas financiadas, designadamente, os recibos de quitação emitidos pelos fornecedores respetivos;
 20. Cumprir o quadro legal aplicável à presente relação contratual, designadamente o regime de incompatibilidades dos dirigentes desportivos.

Cláusula 3.ª

Prazo de execução

1. A execução do Programa tem início em **01 de julho de 2022** e termo em **30 de junho de 2023**, conforme definido no Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado pelo Segundo Outorgante.
2. Independentemente da data do seu início, a participação financeira a conceder ao abrigo do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo abrange a totalidade do programa a apoiar.



Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

1. Para a execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado pelo Segundo Outorgante, no âmbito Eixo de Apoio ao Desporto e Atividade Física (EADAF), para o desenvolvimento da modalidade de **Futebol**, com a despesa de referência de **67.600,00 € (sessenta e sete mil e seiscentos euros)**, constante da proposta apresentada pela Entidade, é celebrado um Contrato-Programa, onde se insere uma participação financeira concedida pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, até ao valor de **10.126,00 € (dez mil cento e vinte e seis euros)**, correspondente a **14,98%** da referida despesa.
2. Caso o custo efetivo do Programa de Desenvolvimento Desportivo, analisado em função de cada Medida de apoio se revele inferior ao custo de referência indicado para esse mesmo objeto, definido no n.º 1 da presente Cláusula, a participação financeira a atribuir ao Segundo Outorgante poderá ser reduzida pelo Primeiro Outorgante, aplicando-se ao custo efetivo do Programa de Desenvolvimento Desportivo a percentagem definida no n.º 1 da presente Cláusula, em função do objeto apoiado.
3. Caso haja lugar à revisão da participação financeira nos termos dos números anteriores, o Segundo Outorgante obriga-se a devolver ao Município de Viseu o montante resultante do diferencial entre as verbas já entregues ao abrigo do presente Contrato e a participação financeira apurada.

Cláusula 5.ª

Disponibilização da participação financeira

A participação referida nas alíneas do n.º 1 da Cláusula 4.ª é disponibilizada nos seguintes termos:

1. **9.113,40 € (nove mil, cento e vinte e três euros e quarenta cêntimos)** após assinatura e publicitação do presente CPDD;
2. **1.012,60 € (mil e doze euros e sessenta cêntimos)**, correspondente a 10% após entrega, avaliação e aprovação em reunião de Câmara, do Relatório Final referido na Cláusula 2.ª e respetiva documentação.

Cláusula 6.ª

Gestor do Contrato

Fica designado, nos termos e para os efeitos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, como gestor do contrato do Município de Viseu: Cristiano Gonçalves

Cláusula 7.ª

Mora e incumprimento do Contrato

1. O não cumprimento, pelo Segundo Outorgante, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao Desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo Município de Viseu.
2. O atraso na realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo confere ao Primeiro Outorgante o direito de fixar novo prazo ou novo calendário para a sua execução.
3. Verificado novo atraso, o Primeiro Outorgante tem o direito de resolver o Contrato, mas as quantias que já tiverem sido pagas a título de participação, só lhe devem ser restituídas na medida em que a realização do objeto do Contrato ficar comprometida.
4. A não entrega do Relatório Final, referido na Cláusula 2.ª, dentro do prazo estabelecido, implica o imediato cancelamento da última tranche.
5. O incumprimento do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, imputável à entidade beneficiária da participação financeira, constitui esta na obrigação de restituir as quantias que, entretanto, tenha recebido na proporção do incumprimento.
6. O incumprimento do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo imputável à entidade beneficiária da participação financeira implica, também, a impossibilidade de esta beneficiar de novas participações enquanto não repuser as quantias a restituir.
7. A reposição das quantias, referidas no número anterior, pode ser efetuada mediante a retenção, pelo Primeiro Outorgante, de verbas afetas a este ou outros Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, desde que não se coloquem em causa os fins essenciais dos mesmos.
8. Perante a não apresentação do Relatório Final e da documentação comprovativa da realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo, e das despesas financiadas, e não sendo restituídas pelo Clube as verbas atribuídas no âmbito do apoio financeiro, o Município procederá judicialmente, nomeadamente através da responsabilização dos membros dos órgãos de gestão do Clube.

Cláusula 8.ª

Revisão do Contrato

O presente Contrato poderá ser modificado ou revisto sempre que, em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne

excessivamente onerosa para o Segundo Outorgante, ou manifestamente inadequada à realização do interesse público, ou por livre acordo das partes.

Cláusula 9.ª

Cessação do Contrato

A vigência do Contrato-Programa cessa quando seja concluído o Programa de Desenvolvimento Desportivo objeto de apoio, sem prejuízo do cabal cumprimento de todas as obrigações contratualmente assumidas, e nos demais casos previstos na lei.

Cláusula 10.ª

Cláusula de Compromisso

Nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 5º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17/03, ao presente Protocolo, com o valor global de **10.126,00 € (dez mil, cento e vinte e seis euros)**, corresponde o compromisso válido e sequencial n.º **72420**.

Cláusula 11.ª

Controlo Financeiro

De acordo com o disposto no art.º 2.º, n.º 3 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26/08 e alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 09/03), o Segundo Outorgante, enquanto entidade beneficiária de dinheiros públicos, fica sujeito à jurisdição e controlo financeiro do Tribunal de Contas, na medida necessária à fiscalização da legalidade, regularidade e correção económica e financeira da aplicação daqueles dinheiros.

Cláusula 12.ª

Litígios

Os litígios emergentes da execução do presente Contrato serão submetidos a arbitragem nos termos da lei.

Cláusula 13.ª

Publicitação

O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, com os respetivos anexos, é publicitado na página eletrónica do Primeiro Outorgante, de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 27º do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 14.ª**Regime Geral de Proteção de Dados**

O Primeiro Outorgante compromete-se a respeitar as regras de privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento da EU 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 e da Lei 58/2019, de 8 de agosto.

Cláusula 15.ª**Entrada em vigor**

O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entra em vigor na data da sua publicitação na página eletrónica do Primeiro Outorgante, de acordo com o disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 16.ª**Contratação excluída**

Sem prejuízo da aplicação da Parte III do Código dos Contratos Públicos, ao presente Contrato-Programa não é aplicável a Parte II do referido Código, nos termos do artigo 1.º, do n.º 1 do artigo 1.º-A, da alínea c) do n.º 4, do artigo 5.º e do artigo 5.º-B deste diploma legal.

O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Viseu, de 11 de dezembro de 2022, e encontra-se em EDOC, na Distribuição 2023/104577.

Este Protocolo foi feito em duplicado e livremente assinado entre as partes, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes.

Viseu, 19 de dezembro 2023

MUNICÍPIO DE VISEU**FUTEBOL CLUBE DE RANHADOS**

EIXO DE APOIO AO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA | 2023
Medida de Apoio a Atividades Desportivas Federadas

Tabela Geral
-enquadramento-

Identificação da Entidade Futebol Clube de Ranhados:

Objeto da candidatura

Pretende-se com esta candidatura conseguir apoio para as despesas com a Atividade Desportiva Federada dos vários escalões do Futebol

Modalidades Coletivas	Total de Atletas	Modalidades Individuais	Total de Atletas
A Futebol	101	DE 0	0
B 0	0	FE 0	0
C 0	0	GC 0	0
D 0	0	GI 0	0
			Total 101

Período de execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo

de

Objetivos Gerais:

OBJ-1 Promover Atividade Fisca e Desportivo no Concelho de Viseu possibilitando às crianças e jovens a praticar a modalidade de futebol em ambiente controlado e orientado por técnicos com formação

OBJ-2 Formar crianças e jovens na vertente desportiva e na vertente social

OBJ-3 Aumentar o número de atletas inscritos a competir pelo clube

OBJ-4 Contribuir para a diminuição da taxa de abandono da pratica da modalidade futebol no concelho retirando qualquer critério de seleção dos atletas para as equipas dos distintos escalões do Futebo Clube de Ranhados

O Presidente da Direção

Data 26 de outubro 2023

EIXO DE APOIO AO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA | 2023
Medida de Apoio a Atividades Desportivas Federadas

Modalidades Coletivas

Identificação da Entidade: Futebol Clube de Barinhoso

Modalidade: Futebol

Objetivos Específicos

- OBJ. 1 Contribuir para a formação integral dos jovens atletas
- OBJ. 2 Contribuição para a adoção de um estilo de vida saudável
- OBJ. 3 Proporcionar oportunidades de participação em quadro competitivo organizado na modalidade de futebol que promova os valores do desporto

Caracterização N.º de Atletas

Escalaões de Formação	Caracterização N.º de Atletas	
	Masculino	Feminino
	96	5
	Total Federados	
	101	

NOTA: Apenas devem ser considerados atletas com uma prática desportiva regular, entendida como um mínimo de 8 meses por ano e 2 unidades de treino semanais

Mensalidade cobrada

(se diferenciadas por escalaões, indicar todas)

35,00 euros

Medidas de discriminação positiva

(diferenciação por género ou outras)

5 euros de desconto na mensalidade a famílias com 2 irmãos. Oferta das mensalidades ao terceiro membro da família

(opcional) Anexar condições de participação públicas e divulgação de atividades e ações de educação

Instalações Desportivas de Gestão Municipal utilizadas

Identificação da Instalação	n.º horas por semana		n.º semanas/ano	

Instalações Desportivas Não Municipais utilizadas

Identificação da Instalação	Valor por hora		n.º semanas/ano	
	Alvará de utilização n.º			
	n.º horas por semana	21		50
	Alvará de utilização n.º			
	n.º horas por semana			

Anexar horário e período de utilização, confirmado pela entidade gestora das instalações

Escalaão - Competição/Prova	Data(s) de realização (de dd-mm-aa) a (dd-mm-aa)	Entidade Organizadora Enquadramento federativo	N.º de Atletas	
			Masc.	Fem.
Petizes e Traquinas U9	01-10-2022 a 31-07-2023	Associação de Futebol de Viseu	5	
Benjamins U10	01-10-2022 a 31-07-2023	Associação de Futebol de Viseu	14	
Benjamins U11 A	01-10-2022 a 31-07-2023	Associação de Futebol de Viseu	12	
Benjamins U11 B	01-10-2022 a 31-07-2023	Associação de Futebol de Viseu	12	1
Infantis U12	01-10-2022 a 31-07-2023	Associação de Futebol de Viseu	12	1
Infantis U13	01-10-2022 a 31-07-2023	Associação de Futebol de Viseu	13	1
Iniciados U14	01-10-2022 a 31-07-2023	Associação de Futebol de Viseu	11	
Juvenis U16	01-10-2022 a 31-07-2023	Associação de Futebol de Viseu	17	

Enquadramento Técnico

Equipa	Nome do(a) Treinador(a) - PRINCIPAL	Formação Académica		Formação Desportiva TPTD / Grau
		na área de Educ. Física ou Desporto		
U9	Manuel Gomes	Licenciatura em Educação Física e Desporto		IV
U10	Pedro Miranda	Licenciatura em Desporto		II
U11 A	Rui Ferreira	Licenciatura em Educação Física		I
U11 B	Luis Toipa	Licenciatura em Desporto		I
U12	Sérgio Rodrigues	Licenciatura em Educação Física		I
U13	André Guilherme	Licenciatura em Desporto		I
U14	Rui Ferreira	Licenciatura em Educação Física		I
U16	Luis	Licenciatura em Desporto		I

NOTA: Apresentar com a candidatura o comprovativo de formação académica dos elementos que compõe a equipa técnica, quando relacionada com a área do Desporto e Atividade Física, bem como o Título Profissional de Treinador(a) de Desporto, de acordo com a Lei n.º 40/12 de 28 de agosto.

Descrição Sumária das Despesas

Descrição Sumária das Despesas	Despesas Previstas
Despesas Federativas (filiação, inscrição de atletas, seguros, arbitragens administrativas, ...)	13 000,00 €
Taxas de Transferências Atletas	- €
Policimento e Segurança	1 000,00 €
Utilização Instalações Desportivas Municipais	- €
Aluguer de Instalações Desportivas Não Municipais	- €
	- €
	- €
	- €
	- €
Manutenção Instalações Desportivas Próprias	11 000,00 €
Aquisição Equipamentos e Materiais Desportivos	2 000,00 €
Deslocações, Treinos e Jogos/Provas	- €
Alimentação e Alojamento	- €

Honorários Treinadores e Monitores	38 850,00 €
Honorários Médicos	- €
Honorários de Assistência Médica (Hospitalar, Farmacêutica)	- €
Honorários Fisioterapeutas e Estafetas	- €
Aluguer de Instalações e Transportes para Desportistas e Instrutores	1 750,00 €
Material de Treinadores, Instrutores e Outros membros Desportivos	- €
Outros	- €
Outros	- €
Outros	- €
Outros	- €
Outros	- €
Total	67 600,00 €

Descrição Sumária das Receitas	Receitas Previstas
Contribuição do Município para o Desporto de Base em Viseu	20 000,00 €
Contribuição do Município para o Desporto de Base em Vila Verde e Sobradinho (Municípios)	- €
Quotas de Inscrição	- €
Quotas de Participação de Desportistas Desportivos	- €
Quotas de Participação de Instrutores Desportivos	- €
Quotas	- €
Levantações	2 500,00 €
Indicações e Menções Honrosas	35 250,00 €
Patrocínios	500,00 €
Doações Mecanismo	3 500,00 €
Taxas de Transferências Afetas	- €
Bilhetes	- €
Organização de eventos e atividades	- €
Exposição Bar	2 500,00 €
Retorno Federações ou Associações de Modalidade	- €
Outras	10 000,00 €
Outras	- €
Outras	- €
Outras	- €
Total	74 250,00 €

Observações

O Presidente da Direção

Assinatura

Data 26 de outubro 2023